

ATA XLVI REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBHG)

Data: 12 de novembro de 2024

Local: Inema UR Oeste – Barreiras (BA)

Horário: 09h00 às 12h00

PARTICIPANTES		
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO
1	Adriano David Monteiro de Barros	Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB
2	Amanda dos Santos Carteador Silva	Associação de Promoção do Desenvolvimento Solidário e Sustentável
3	Andrei Lopes Arruda	Prefeitura Municipal de Riachão das Neves
4	Aurenilde Aires dos Santos	ACIFORP - Associação de Combatentes a Incêndios Florestais de Formosa do Rio Preto
5	Cintia Pereira Bispo	FOSNOR - Fosfatados do Norte Nordeste S.A
6	Eneas Porto	AIBA - Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia
7	Érico Botelho de Faria	FIEB - Federação da Indústria do Estado da Bahia
8	Fernando José Marodim	Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano
9	Glauciana Araújo	Instituto AIBA
10	Joabe Pereira de Almeida	Prefeitura Municipal de São Desidério
11	Larissa Cayres de Souza	Secretaria do Meio Ambiente
12	Lia Fernanda Pellenz	Paulo Almeida Schmidt
13	Luciana Ferreira da Silva	Aldeia Kiriri de Barreiras
14	Michelle Boaventura de Carvalho	SINDAE - Sindicato dos Trabalhadores em Águas, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia
15	Saul Cavalcante	INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
16	Sderlon Lopes	Sindioeste
17	Thamires Gomes	INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
18	Vanderlei Marques de Oliveira	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentos
CONVIDADOS		
19	Arnaldo Santos	AMINA
20	Fábio de Oliveira	UNEB – Universidade Estadual da Bahia
21	João Lucas	
22	Lívia Ribeiro dos Santos	AIBA - Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia
23	Luciano Gomes	ARB1
24	Natalia Mayrink	INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
25	Nilson Vicente	Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano
26	Samara Fernanda	UFOB – Universidade Federal do Oeste da Bahia
27	Yanna Costa	ABAPA - Associação Baiana dos Produtores de Algodão

1. Abertura e informes

A presidente Lia Dugnani deu as boas-vindas aos membros e agradeceu a presença de todos. Em seguida, Eneas Porto, 1º secretário, informou que, na última reunião, foram definidos os nomes dos membros que teriam as despesas de viagem custeadas com recursos do Pró-Comitê para participar do III ECOBA. Os indicados foram: Lia Dugnani, Luciana Ferreira da Silva e Demóstenes Júnior. Amanda Silva fez um questionamento sobre a divulgação insuficiente do evento, mencionando que, quando os membros tomaram conhecimento das inscrições, estas já foram encerradas. Em resposta, Eneas mencionou que a alta demanda, com muitas pessoas tentando se inscrever simultaneamente, pode ter causado interferências no processo. Thamires Gomes explicou que as inscrições foram abertas em setembro e encontradas disponíveis até o dia 31 do mês de outubro. Ela destacou que o número de inscritos foi significativamente maior do que o esperado, o que levou à necessidade de reduzir o número de vagas destinadas aos estados de Alagoas e Sergipe para acomodar o grande contingente da Bahia. Além disso, ressaltou que o comitê tem vagas realocadas deixadas por desistentes para aqueles que procuraram o Inema. Segundo Thamires, a expectativa inicial era de 200 participantes, mas, devido à lotação máxima, não é possível expandir o número de inscritos. Ela também frisou que a divulgação foi feita extensamente por e-mails, grupos de comunicação e redes sociais. Eneas sugeriu que os nomes de interessados que ainda desejam participar sejam encaminhados para Thamires, ao que Aurenilde se manifestou como uma das interessadas.

2. Alinhamento para participação do III ECOBA em Salvador – BA

Sobre a pauta, Thamires apresentou brevemente a programação do III ECOBA ALBASE, que ocorrerá de 21 a 23 de novembro de 2024, no auditório da Biblioteca Central do Estado, localizada em Barris, em Salvador. O evento, cujo tema principal é “A utilização multifacetada da água: explorando diferentes dimensões”, reunirá representantes de comitês de bacias hidrográficas, sociedade civil, especialistas e gestores públicos de Alagoas, Bahia e Sergipe. O objetivo é promover a discussão sobre questões essenciais como o uso e preservação da água, a qualidade dos recursos hídricos, a gestão integrada das bacias e as ações contra as mudanças climáticas, com foco no contexto do Nordeste. Thamires destacou que a programação é planejada, incluindo palestras, mesas-redondas e rodas de discussão sobre temas como inovação tecnológica, gestão integrada das águas e valorização dos saberes locais, proporcionando um espaço rico para troca de conhecimentos e experiências. Lia agradeceu a Thamires pela apresentação e destacou a validade da elaboração do documento, ressaltando sua importância para fornecer uma visão ampla sobre o evento.

3. Disponibilidade hídrica na Bacia do Rio Grande: outros estudos e abordagens (Professora Dra. Samara Fernanda)

Dando continuidade à pauta, a professora Samara Fernanda da Silva apresentou uma análise abrangente sobre a disponibilidade hídrica na bacia do Rio Grande, com base em diversos estudos e abordagens. Ela expos questões importantes relacionadas à gestão e conservação dos recursos hídricos, com ênfase nos impactos das mudanças climáticas e do uso da terra no regime hídrico da região. Samara destacou a redução da vegetação nativa do cerrado e o aumento das áreas de cultivo irrigado, enfatizando os impactos negativos da expansão agrícola no balanço hídrico, como a diminuição das vazões nos rios e aquíferos da região. Durante a exposição, a professora enfatizou alguns pontos principais: as mudanças históricas no uso da terra e a adequação para futura expansão agrícola, as vazões consumidas apontadas como inferiores ao total das vazões outorgadas, a redução no armazenamento de água terrestre, os impactos das secas rápidas (secas repentinas) e as avaliações sobre a precisão das estimativas do produto CHIRPS (Climate Hazards Group InfraRed Precipitation with Stations). Ela destacou que esses estudos evidenciam os desafios enfrentados pela bacia do Rio Grande e reforçam a urgência na implementação de estratégias de gestão integrada para garantir a sustentabilidade hídrica na região. Por fim, a professora ressaltou a necessidade de equilibrar o desenvolvimento agrícola com práticas sustentáveis de uso da terra e estratégias integradas de gestão hídrica, mitigando os efeitos dessas mudanças no balanço hídrico da bacia. Andrei Arruda enfatizou a necessidade de o comitê priorizar a implementação do plano de bacias, destacando a importância de uma análise crítica sobre a situação da bacia do Rio Grande. Eneas Porto, por sua vez, agradeceu à professora Dra. Samara Fernanda pela apresentação e ressaltou que o comitê está de portas abertas para a participação das universidades. Ele destacou a importância de fundamentar as discussões em dados e fatos, enfatizando ainda a extrema relevância dos estudos específicos ao monitoramento hídrico. Eneas comentou sobre o dado de outorga de água apresentado, destacando que o volume utilizado é inferior ao volume outorgado, o que é considerado um aspecto positivo. Joabe Almeida levantou a questão de saber se o estudo apresentado levou em consideração o consumo de água não outorgado, ponderando a

importância desse fator para a análise precisa dos dados. A professora Dra. Samara Fernanda esclareceu que o ciclo hidrológico, na escala de uma bacia hidrográfica, é caracterizado como um sistema aberto. Dessa forma, a ocorrência de chuva registrada em uma determinada área não é necessariamente proveniente da evapotranspiração ocorrida na mesma região. Samara destacou a importância de investigar a relação entre o aumento da área irrigada e a demanda de água. Ela apontou que existem dois aspectos a serem considerados: a demanda necessária para atender às necessidades hídricas das culturas e as condições climáticas, que, com temperaturas mais elevadas e menor disponibilidade de água no solo, elevam a necessidade de irrigação. Também ressaltou a importância de monitorar essa questão, uma vez que a água proveniente da infiltração pode ser perdida por evapotranspiração. Além disso, Samara mencionou que, embora a precipitação seja a principal fonte de água na maioria das bacias hidrográficas brasileiras, as mudanças no uso e ocupação do solo podem afetar o fluxo hídrico e, conseqüentemente, alterar o comportamento dos sistemas hidrológicos. Sobre o consumo de água outorgado e efetivamente utilizado, Samara observou que há uma variabilidade de fatores internos e externos que pode influenciar o aumento ou não do consumo na agricultura irrigada. Ela não considera razoável solicitar uma outorga superior à demanda real, pois isso pode inviabilizar a entrada de novos usuários no sistema. Amanda fez um breve comentário sobre a apresentação, destacando sua importância para o avanço das discussões no comitê. Ela enfatizou a necessidade de um planejamento cuidadoso e de uma gestão eficiente, que permita uma compreensão ampla de todos os envolvidos sobre o tema dos recursos hídricos. Observou que o Estado deve levar em consideração os dados científicos e os estudos realizados sobre a vazão do Urucuia, para que o processo de gestão seja realmente efetivo. Além disso, Amanda apontou que as comunidades ribeirinhas não dependem da água subterrânea, mas sim da disponibilidade hídrica proveniente do Urucuia, especialmente de poços de alta vazão utilizados para irrigação. Ela alertou que o nível de base do Urucuia está rebaixado e destacou a irresponsabilidade de realocar as reservas legais da água de recarga. Concluiu dizendo que o comitê precisa se debruçar sobre os impactos na disponibilidade hídrica e refletir sobre soluções, considerando o aumento no número de outorgas emitidas. Lia Dugnani, presidente do comitê, expressou seu agradecimento pela apresentação e aproveitou para esclarecer questões relacionadas à outorga para irrigação. Segundo Lia, quando um irrigante solicita uma outorga ao órgão gestor, ele busca garantir tanto a segurança financeira quanto a previsibilidade no retorno da produção. Ela destacou que, embora a água seja essencial, seu uso em excesso pode ser prejudicial. Assim, a prática de solicitar outorgas com volumes superiores à demanda real visa contemplar períodos de seca, garantindo maior resiliência às condições climáticas adversas. Lia ressaltou que irrigar é um processo oneroso, envolvendo custos significativos para implementar o sistema, captar e distribuir a água, além dos gastos com a produção agrícola propriamente dita. Nesse contexto, ela enfatizou que a outorga é fundamental para evitar o desperdício de água, promovendo uma irrigação mais eficiente e sustentável. Por fim, Lia levantou um ponto crítico: o estudo apresentado identificou a irrigação como um dos principais fatores para a redução da vazão dos rios, no qual apontou que as outorgas frequentemente são emitidas em volumes superiores à demanda real. Diante disso, ela propôs uma reflexão: se a irrigação é um dos principais fatores de rebaixamento da vazão dos rios, como a diminuição do volume das outorgas emitidas poderia contribuir para o aumento da vazão dos rios, considerando que essa medida permitiria a entrada de mais usuários no sistema? Sderlon Lopes destacou a relevância de aprofundar os conhecimentos científicos, enfatizando a necessidade de promover discussões abrangentes sobre temas como clima, hidrologia, pluviosidade e manejo de solo. Ele ressaltou a importância de o comitê direcionar seus esforços para analisar estudos que abordem as diferenças entre poços tubulares, poços de águas superficiais e poços subterrâneos, bem como a inter-relação entre recursos hídricos superficiais e profundos. Essa abordagem, segundo ele, é essencial para embasar decisões mais assertivas e sustentáveis. A professora Samara esclareceu a importância de aproximar o processo de planejamento científico da eficiência no uso dos recursos hídricos, destacando que a integração entre estudos técnicos e práticas de gestão é fundamental para garantir a sustentabilidade hídrica e atender às demandas da região de forma equilibrada.

4. Vistoria na Bacia do Rio de Janeiro

Dando continuidade à ementa, a presidente Lia Dugnani informou que o comitê recebeu um relato de uma moradora da comunidade de Barro Vermelho, localizada próximo às margens do Rio de Janeiro, em Barreiras. Segundo a moradora, o rio apresentava coloração escura e alta turbidez, algo que, segundo ela, estaria ocorrendo de forma recorrente. Lia explicou que, diante do relato, solicitou imediatamente mais detalhes sobre a localização exata da comunidade e a frequência do problema. Além disso, entrou em contato com a professora Márcia, visando garantir que o comitê estivesse atento a esse tipo de situação. A presidente relatou que uma vistoria foi realizada, na qual esteve pessoalmente, aproveitando a oportunidade para conversar com outros moradores de áreas cortadas pelo Rio

de Janeiro. Durante a inspeção, foi observado que, naquele momento, a água estava limpa e cristalina, levantando a hipótese de que o problema poderia estar relacionado a trechos localizados abaixo da Cachoeira do Redondo. Lia afirmou que entrou em contato com a moradora para fortalecer a importância de comunicar qualquer nova ocorrência, de forma que o comitê possa realizar um monitoramento avançado e uma análise mais aprofundada da situação, garantindo uma resposta eficiente às demandas da comunidade.

5. O que ocorrer

O professor Fábio de Oliveira, da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), destacou a relevância de um projeto de extensão em andamento no Campus IX, voltado para a manutenção e ampliação de um viveiro de mudanças nativas. Durante sua apresentação, ele ressaltou que o viveiro desempenha um papel essencial ao realizar a ação de mudas, contribuindo diretamente para a preservação ambiental e a restauração de áreas degradadas. No entanto, Fábio alertou para o estado crítico do estoque de sementes, que ameaça a continuidade das atividades do projeto. Para superar esse desafio, ele reforçou a necessidade de apoio de instituições parceiras. Uma moção de apoio ao projeto do viveiro de mudas da Uneb foi aprovada pelo comitê. O professor também sugeriu a criação de uma especialização específica para recursos hídricos no âmbito do Departamento de Ciências Humanas (DCH) do Campus IX. Esta proposta busca atender à crescente necessidade de formação técnica e científica na área, com o objetivo de capacitar profissionais para atuar no desenvolvimento sustentável e na gestão eficiente dos recursos naturais, contribuindo para soluções inovadoras e estratégias de preservação ambiental.

Barreiras, 12 de novembro de 2024.

Lia Dugnani
Presidente do Comitê